PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 57/13

Fica concedida a Comenda Maria Quitéria à Dra. Márcia Regina dos Santos Virgens.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida a Comenda Maria Quitéria a Dra. Márcia Regina dos Santos Virgens

Art. 2º. A Mesa da Câmara fica autorizada a providenciar a entrega da referida Medalha, em Sessão Solene, previamente marcada e convocada para este fim.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta da verba própria do Orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2013.
ODIOSVALDO VIGAS

JUSTIFICATIVA

Márcia Regina dos Santos Virgens é natural de Salvador, formada em Direito pela Universidade Católica de Salvador – UCSAL, filha de Cristóvão de Jesus Virgens e Creusa dos Santos Virgens, possui dois filhos, a jornalista Júlia Isabel Virgens de Freitas e o acadêmico de Direito João Gabriel Virgens de Freitas.

É Promotora de Justiça da Cidadania, Coordenadora do Núcleo de Proteção dos Direitos Humanos e Articulação com os Movimentos Sociais.

É ex-Diretora do Centro Acadêmico Teixeira de Freitas; especialista em Direitos Humanos pelo Instituto Interamericano de Direitos Humanos – IIDH, Costa Rica; foi aprovada em 3º lugar no Doutorado em *Derechos Humanos y Desarollo* pela Universidade Pablo de Olavide, em Sevilha, Espanha; é mestranda em Direito das relações Econômicas Internacionais pela PUC – São Paulo.

Atuou como promotora de Justiça titular na comarca de Terra Nova e, em caráter de substituição, nas comarcas de Teodoro Sampaio, São Francisco do Conde, Candeias, Simões Filho, Santo Amaro.

É idealizadora do evento e integrante da Comissão Organizadora do I Seminário de Direito e Relações Raciais no Terceiro Milênio, que resultou na criação da primeira promotoria de Justiça de combate ao racismo do País; promotora de Justiça designada para compor o Núcleo Interinstitucional de Combate à Discriminação junto à Delegacia Regional do Trabalho-BA; promotora de Justiça substituta da 1ª Promotoria de Justiça da Cidadania de Combate ao Racismo.

Tem atuação intransigente no combate à intolerância religiosa, em conjunto com a Ouvidoria da Câmara Municipal de Salvador, e é membro do Grupo de Trabalho Interinstitucional para o enfrentamento da intolerância religiosa no Estado da Bahia. No âmbito desta atuação, destaca-se o ajuizamento da Ação Civil Pública, em conjunto com o Ministério Público Federal-Procuradoria dos Direitos do Cidadão, por ato de intolerância religiosa cometido contra a comunidade do Terreiro Zô Ogodô Male Bogun Seja Hundê – Roça do Ventura.

Tem atuação na defesa dos direitos humanos de presos custodiados, expostos a vexame e constrangimento por parte de programas sensacionalistas, com expedição de Recomendação administrativa à Secretaria da Segurança Pública e atuação conjunta com o Ministério Público Federal-Procuradoria dos Direitos do Cidadão, resultando no ajuizamento de Ação Civil Pública em face de emissoras de televisão.

É promotora de Justiça designada perante a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, com atuação destacada na luta pela dignidade dos presos no sistema previdenciário.

É membro da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores Gerais, designação por ofício do Procurador-Geral de Justiça.

É idealizadora e Coordenadora Executiva do Programa de Educação em Direitos Humanos para estudantes do ensino municipal – PROGREDH/Convênio de Cooperação Técnico-Científica para implementação do Programa de Educação em Direitos Humanos – PROGREDH.

É idealizadora e Coordenadora Executiva do Programa de Capacitação e Educação em Direitos Humanos para profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança do Estado da Bahia – PROCEDH/Convênio de Cooperação Técnica e Administrativa para implementação do Programa de Capacitação e Educação em Direitos Humanos para profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança do Estado da Bahia – PROCEDH.

É coordenadora do Curso Internacional de Capacitação em Direitos Humanos para servidores do Ministério Público e secretarias do Estado da Bahia, no âmbito do PROCEDH, em parceria com o Instituto Espanhol Bartolomé de Lãs Casas/Universidade Carlos III, de Madri.

Tem atuação na defesa dos interesses da população em situação de rua, destacando-se o trabalho para adesão e implementação, no Estado da Bahia, da Política Nacional para a População em Situação de Rua e a Constituição do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento dessa política, com expedição e acompanhamento de Recomendação Administrativa encaminhada ao poder público estadual.

Tem atuação na defesa dos interesses sociais no que se refere ao direito à cidade, com destaque na exigibilidade de políticas pelo direito à moradia digna.

É membro designada para atuar no acompanhamento da situação dos presos provisórios da Comarca de Salvador e do Grupo de Trabalho para levantamento e apuração de abuso de autoridade, tortura e qualquer tipo de violência perpetrada por agentes públicos contra presos no Estado da Bahia.

É promotora de Justiça substituta na comarca de Santo Amaro – atuação em Ação Civil Pública em desfavor da Plumbum Mineração e Metalúrgica S/A, em virtude de contaminação por metais pesados a inúmeros moradores e trabalhadores desta cidade do Recôncavo Baiano.

É conselheira do Fundo Municipal para o Desenvolvimento Humano e Inclusão Educacional para Mulheres Afrodescendentes – FIEMA.

Tem atuação na defesa do direito humano da mulher ao trabalho digno, com destaque na expedição de Recomendação Administrativa em favor de artesãs e trançadeiras, trabalhadoras do Centro antigo de Salvador.

É promotora de Justiça designada para compor a Comissão Permanente de Defesa da Saúde do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça.

É membro da Diretoria Executiva da Associação Nacional de Pesquisa em Direitos Humanos, com sede em São Paulo-SP.

Recebeu indicação do secretário do Planejamento do Estado da Bahia e da Representação, no Brasil, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, para ocupar o cargo de Representante Regional do Organismo no Estado da Bahia.

É membro designada como gestora responsável pelo Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, com vistas ao monitoramento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Homenagens

Prêmio Direitos Humanos conferido pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Prêmio Mulher Guerreira Maria Felipa-Câmara Municipal de Salvador.

Cursos e Conferências Proferidas

Tema: Saúde Ocupacional (palestrante)
II Seminário de Saúde para Gerentes da Caixa Econômica Federal

Tema: Racismo, Violência e Direitos Humanos
Curso: Educação, Racismo e Diferenças no Brasil
Local: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia

Tema: Defesa do Regime Democrático e dos Direitos Humanos (palestrante)
III Congresso do Ministério Público do Nordeste
Local: Maceió Mar Hotel

Tema: Racismo Institucional
Seminário Racismo Institucional e Autoestima da População Negra
Local: Instituto de Artesanato Visconde de Mauá

Publicações e Artigos

Artigo: O Lugar da Mulher no Mundo

Publicado no Jornal do Sudoeste – Edição 454

Artigo: Igualdade na Segurança Pública
Publicado no Jornal de Camaçari

Artigo: Ações Afirmativas – devem ser criadas cotas para alunos negros no Ensino Superior?
Publicado na Folha de São Paulo (texto dirigido em parceria com a Procuradoria de Justiça do Estado de São Paulo)

Sala das Sessões, 10 de julho de 2013
ODIOSVALDO VIGAS